

Projeto de Lei do Senado nº 180, de 2014

Autoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP)**Iniciativa:****Ementa:**

Altera dispositivos da Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014 -Marco Civil da Internet, para estabelecer a finalidade e restringir o rol de autoridades públicas que podem ter acesso a dados privados do cidadão na internet; prever a possibilidade de recurso contra decisão interlocutória que antecipa tutela no âmbito dos Juizados Especiais; e dá outras providências.

Explicação da Ementa:

Altera, revoga e acrescenta dispositivos à Lei nº 12.965/2014 (Marco civil da internet), para aprimorar a segurança e a privacidade do cidadão no uso da internet.

Assunto: Economia e Desenvolvimento - Ciência, Tecnologia e Informática**Data de Leitura:** 15/05/2014**Tramitação encerrada****Decisão:** Arquivada ao final da Legislatura (art.**Último local:** -**Destino:** Ao arquivo**Último estado:** 26/12/2018 - ARQUIVADA AO FINAL DA LEGISLATURA**Despacho:****15/05/2014 (Despacho inicial)**

null

Análise - Tramitação sucessiva

(SF-CMA) Comissão de Meio Ambiente

(SF-CCJ) Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

(SF-CCT) Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

17/04/2017 (Promulgação da Resolução nº 3, de 2017.)

null

Análise

(SF-CTFC) Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor

(SF-CCJ) Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

(SF-CCT) Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

Relatoria:**CMA - (Comissão de Meio Ambiente)****Relator(es):**

Senador Romero Jucá (encerrado em 22/12/2014 - Fim de Legislatura)

Senador João Capiberibe (encerrado em 07/04/2017 - Redistribuição)

CTFC - (Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e**Relator(es):**

Senador João Capiberibe (encerrado em 26/12/2018 - Fim de Legislatura)

TRAMITAÇÃO**26/12/2018** PLEN - Plenário do Senado Federal**Situação:** ARQUIVADA AO FINAL DA LEGISLATURA

Projeto de Lei do Senado nº 180, de 2014

TRAMITAÇÃO

Ação: A proposição é arquivada ao final da legislatura, nos termos do § 1º do art. 332 do Regimento Interno.

21/12/2018 CTFC - Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor

Ação: Encaminhada à SGM para providências relativas ao final de legislatura.

27/04/2017 CTFC - Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor

Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA

Ação: O Presidente da CTFC, Senador ATAÍDES OLIVEIRA, designa o Senador João Capiberibe relator da matéria. O processado físico permanece na Comissão.

20/04/2017 CTFC - Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor

Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR

Ação: Recebido na Comissão. Aguarda distribuição.

17/04/2017 SF-SEADI - Secretaria de Atas e Diários

Ação: Tendo em vista a promulgação da Resolução nº 3, de 2017, que redefiniu as atribuições e as denominações da Comissão de Meio Ambiente (CMA) e da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor (CTFC), a presente matéria tem o seguinte despacho: às CTFC, CCJ e CCT(DT).
A matéria vai à CTFC.

Publicado no DSF Páginas 144-153

17/04/2017 PLEN - Plenário do Senado Federal

Ação: Encaminhado ao Plenário.

06/04/2017 CMA - Comissão de Meio Ambiente

Ação: À SLSF, em virtude da promulgação da Resolução nº 3, de 2017.

11/03/2015 CMA - Comissão de Meio Ambiente

Ação: Ao Senhor Senador JOÃO CAPIBERIBE para relatar.

18/12/2014 CMA - Comissão de Meio Ambiente

Ação: A presente proposição continua a tramitar, nos termos dos incisos do art. 332 do Regimento Interno e do Ato da Mesa nº 2, de 2014.

18/12/2014 CMA - Comissão de Meio Ambiente

Ação: Matéria devolvida pelo Relator, atendendo à solicitação desta Secretaria.

TRAMITAÇÃO

06/08/2014 CMA - Comissão de Meio Ambiente**Situação:** MATÉRIA COM A RELATORIA**Ação:** Matéria distribuída ao Senador Romero Jucá, para relatar.**01/08/2014** CMA - Comissão de Meio Ambiente**Ação:** A partir de 1º de agosto de 2014 os boletins de ação legislativa não mais serão impressos, nos termos da Instrução Normativa nº 1, de 2014, do Secretário-Geral da Mesa. As consultas sobre a tramitação da matéria devem ser realizadas diretamente no sistema eletrônico próprio.**26/05/2014** CMA - Comissão de Meio Ambiente**Situação:** AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR**Ação:** Esgotado o prazo regimental sem a apresentação de emendas, a matéria aguarda designação de Relatoria.**19/05/2014** CMA - Comissão de Meio Ambiente**Ação:** Aberto o prazo para apresentação de emendas ao projeto.
Primeiro dia: 19.05.2014
Último dia: 23.05.2014**15/05/2014** CMA - Comissão de Meio Ambiente**Ação:** Recebido na Comissão, nesta data.
Aguardando a abertura do prazo para a apresentação de emendas ao projeto.**15/05/2014** SF-ATA-PLEN - SUBSECRETARIA DE ATA - PLENÁRIO**Situação:** AGUARDANDO RECEBIMENTO DE EMENDAS**Ação:** Leitura.
Às Comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle; de Constituição, Justiça e Cidadania; e de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, cabendo à última a decisão terminativa.
O projeto poderá receber emendas pelo prazo de cinco dias úteis perante a primeira comissão, após sua publicação e distribuição em avulsos.*Publicado no DSF Páginas 176-200***15/05/2014** SF-PLEG - PROTOCOLO LEGISLATIVO**Ação:** Este processo contém 13 (treze) folhas numeradas e rubricadas.

Projeto de Lei do Senado nº 180, de 2014

DOCUMENTOS

Texto inicial - PLS 180/2014

Data: 15/05/2014

Autor: Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP)

Local: null

Descrição/Ementa: Altera dispositivos da Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014 -Marco Civil da Internet, para estabelecer a finalidade e restringir o rol de autoridades públicas que podem ter acesso a dados privados do cidadão na internet; prever a possibilidade de recurso contra decisão interlocutória que antecipa tutela no âmbito dos Juizados Especiais; e dá outras providências.

Avulso inicial da matéria

Data: 15/05/2014

Autor: -

Local: SUBSECRETARIA DE ATA - PLENÁRIO

Ação Legislativa: Leitura.
Às Comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle; de Constituição, Justiça e Cidadania; e de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, cabendo à última a decisão terminativa.
O projeto poderá receber emendas pelo prazo de cinco dias úteis perante a primeira comissão, após sua publicação e distribuição em avulsos.